



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

97.
14

Terceira Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo em Agravo de Instrumento nº 0280817-3 – Camaragibe (2ª Vara Cível)

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Cristina Câmara Wanderley Queiroz

Agravado: Arthur Marcelo da Silva e OUTRO

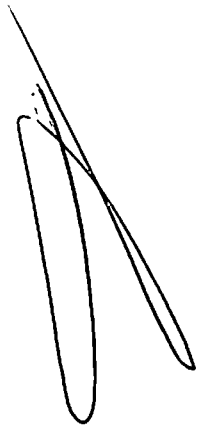
Defensor Público: Antônio Ernando Corrêa Novais

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. FORNECIMENTO GRATUITO DE REMÉDIO IMATINIB - GLIVEC. FIXAÇÃO DE *ASTREINTES* (Multa Diária) CORRESPONDENTE AO VALOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO. INTUITO DA MULTA. FIXAÇÃO EM VALOR RAZOÁVEL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. CABIMENTO.

1. Custeio de tratamento de saúde de um cidadão, carente de recursos financeiros, portador de enfermidade grave, Leucemia eosinofílica crônica, necessitando de tratamento com IMATINIB - GLIVEC, conforme laudos médicos.

2. O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou no sentido de que a proibição contida no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal visa evitar que o salário mínimo seja utilizado como fator de indexação, o que não ocorre no caso dos autos, em que o valor do referido salário foi utilizado apenas para fixar o valor de multa diária imposta como sanção pecuniária. (AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 781.820 RELATOR :MIN. DIAS TOFFOLI Primeira Turma, julgado em 27/11/12; AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 781.820 RELATOR :MIN. DIAS TOFFOLI Primeira Turma, julgado em 27/11/12 e STJ - REsp 704.830/RS, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2005, DJ 05/09/2005, p. 374).





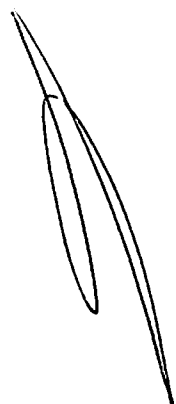
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

14

3. O julgamento do Agravo do Instrumento nº 0018306-53.2012.8.17.0000 trata-se decisão monocrática, que, que, na realidade, não reflete a orientação jurisprudencial predominante neste órgão colegiado fracionário, tal qual se infere dos julgados abaixo colacionados e que bem denotam o reconhecimento da regularidade na fixação da multa diária em valor correspondente ao salário mínimo em hipóteses desse jaez, em perfeita harmonia com o posicionamento difundido no Pretório Excelso.

4. Com efeito, o artigo 461-A, § 3º, do CPC, estendeu a previsão de possibilidade de imposição de multa diária ao réu por atraso na obrigação de fazer (art. 461, § 4º, 5º, 6º) à obrigação de entrega de coisa. Destarte, na espécie, deve ser aplicado o mesmo raciocínio adotado por esta colenda Corte no que se refere às obrigações de fazer pela Fazenda Pública, ou seja, de que "o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, pode fixar as denominadas astreintes contra a Fazenda Pública, com o objetivo de forçá-la ao adimplemento da obrigação de fazer no prazo estipulado" (AGREsp 554.776/SP, Rel. Min. Paulo Medina, DJ 6.10.2003).

5. Quanto ao valor da multa em si, tem-se como razoável, porque o que está em discussão é o direito à saúde de paciente portador de doença grave e capaz, inclusive, de lhe ceifar a vida se não for debelada a tempo através do devido tratamento. A alegação de que a manutenção da *astreinte* nos termos em que foi fixada resultaria em aumento anual da mesma é deveras absurda, tendo em conta que o cerne da lide versa acerca do fornecimento gratuito de medicamento a cidadão acometido de patologia grave e carente de recursos financeiros. Tem-se, pois, que o intuito da multa é fazer com que o devedor cumpra a prestação pela qual foi obrigado. Se o fizer, nada será devido.



99,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

14

6. Negado provimento ao recurso, por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0280817-3, acima referenciado, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao Recurso de Agravo em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de Julho de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

100
r
14

Terceira Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo em Agravo de Instrumento nº 0280817-3 - Camaragibe (2ª Vara Cível)

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Cristina Câmara Wanderley Queiroz

Agravado: Arthur Marcelo da Silva e OUTRO

Defensor Público: Antônio Ernando Corrêa Novais

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto pelo Estado de Pernambuco em face da decisão monocrática de fls.77/83, prolatada por esta relatoria nos autos do Agravo de Instrumento de nº 0280817-3, que negou seguimento ao citado recurso, tendo em vista o seu manifesto confronto a jurisprudência dominante, mantendo-se intacta a decisão que determinou que o Estado de Pernambuco fornecesse o medicamento IMATINIB (GLIVEC) ao agravado, conforme prescrição médica, sob pena de incidência de multa no valor correspondente a um salário mínimo, por dia de descumprimento, sem prejuízo da obrigação principal, até ulterior decisão.

Alega o Agravante, em síntese, o excesso e a impossibilidade de fixação da *astreinte* vinculada ao valor do salário mínimo, sob pena de afronta ao art. 3º, da Lei nº 7.789, de 03 de julho de 1989, bem como ao artigo 7º, IV, da CF, §§ 4º, 5º e 6º, do art. 461 do CPC, além de jurisprudências dos Tribunais pátrios.

Com tais razões, pugnou fosse exercido o juízo de retratação, e, em caso negativo, fosse dado provimento ao presente agravo legal.

Não estando convencido da reforma da decisão agravada, submeto este recurso de agravo à apreciação da Câmara.

É o Relatório.





101.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

14

VOTO:

No mérito, versa a presente lide acerca do custeio de tratamento de saúde de um estudante de 18 anos, carente de recursos financeiros, portador de enfermidade grave, Leucemia eosinofílica crônica, necessitando de tratamento com IMATINIB (GLIVEC), conforme laudos médicos às fls. 20 e 27.

Alega o Agravante contrariedade ao art. 3º, da Lei nº 7.789/89 e ao art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, em razão de ter sido fixada a multa diária pecuniária correspondente ao valor de um salário mínimo.

De fato, o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou no sentido de que a proibição contida no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal visa evitar que o salário mínimo seja utilizado como fator de indexação, o que não ocorre no caso dos autos, em que o valor do referido salário foi utilizado apenas para fixar o valor de multa diária imposta como sanção pecuniária em caso de eventual descumprimento da obrigação no prazo fixado.

Neste sentido jurisprudência do STF e STJ:

EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Processual. Astreintes. Salário mínimo. Excesso. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Precedentes. 1. O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou no sentido de que a proibição contida no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal visa evitar que o salário mínimo seja utilizado como fator de indexação, o que não ocorre no caso dos autos, em que o valor do referido salário foi utilizado apenas para fixar o valor de multa diária imposta como sanção pecuniária. 2. Inadmissível, em recurso extraordinário, a análise da legislação infraconstitucional e o reexame de fatos e provas dos autos. Incidência das Súmulas nºs 636 279/STF. 3. Agravo regimental não provido. (AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 781.820 RELATOR :MIN. DIAS TOFFOLI Primeira Turma, julgado em 27/11/12)

CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. MULTA. SALÁRIO MÍNIMO. C.F., art. 7º, IV. I. - O que a Constituição veda, no art. 7º, IV, é a utilização do salário-mínimo para servir, por exemplo, como fator de indexação. Precedentes do STF: AI 169.269- AgR/MG e AI 179.844-AgR/MG, Galvão,



102,

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

14

1ª Turma; AI 177.959-AgR/MG, Marco Aurélio, 2ª Turma e RE 230.528-AgR/MG, Velloso, 2ª Turma. II. - Agravo não provido' (AI nº 387.594-AgR/SP, Relator o Ministro Carlos Velloso, Segunda Turma, DJ de 6/6/03).

RECURSO ESPECIAL. FAZENDA PÚBLICA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. OBRIGAÇÃO DE DAR. FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. CABIMENTO. PRECEDENTES. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. A hipótese dos autos cuida da imposição de multa diária ao Estado do Rio Grande do Sul pelo não-cumprimento de obrigação de fornecer medicamentos à autora. Não se trata, portanto, de obrigação de fazer, mas de obrigação de dar, que, na lição de Clovis Veríssimo do Couto e Silva, tem por objeto da prestação "uma coisa ou direito, algo que já existe, atribuição patrimonial" (a esse respeito, confira-se também o RE 61.068/SP, da relatoria do Ministro Gonçalves de Oliveira, do Supremo Tribunal Federal, DJ 25.10.1967). Essa distinção, contudo, não tem mais efeitos práticos para fins de imposição da multa diária. Com efeito, o artigo 461-A, § 3º, do CPC, estendeu a previsão de possibilidade de imposição de multa diária ao réu por atraso na obrigação de fazer (art. 461, § 4º) à obrigação de entrega de coisa. Dessarte, na espécie, deve ser aplicado o mesmo raciocínio adotado por esta colenda Corte no que se refere às obrigações de fazer pela Fazenda Pública, ou seja, de que "o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, pode fixar as denominadas astreintes contra a Fazenda Pública, com o objetivo de forçá-la ao adimplemento da obrigação de fazer no prazo estipulado" (AGREsp 554.776/SP, Rel. Min. Paulo Medina, DJ 6.10.2003). Assim, de acordo com a r. sentença de primeiro grau, condeno o Estado do Rio Grande do Sul a fornecer os medicamentos imprescindíveis à autora, portadora de problemas cardíacos e com depressão, sob pena de imposição da multa diária, reduzida para 10 salários mínimos. Saliente-se, por fim, que não se sustém o entendimento da Corte de origem no sentido de que a condenação da Fazenda ao pagamento de multa diária é medida inócua. Com efeito, não se desconhece que cabe ao Estado responsabilizar civil, penal e/ou administrativamente o agente público que deixa de cumprir obrigação proveniente de determinação judicial. Recurso especial provido em parte, para condenar o Estado do Rio Grande do Sul a fornecer os medicamentos imprescindíveis à autora, sob pena de imposição da multa diária de 10 salários mínimos. (REsp 704.830/RS, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2005, DJ 05/09/2005, p. 374)

Quanto à alegação de que esta própria 3ª Câmara de Direito Público do TJPE reconheceu a impossibilidade de tal vinculação no julgamento do Agravo do Instrumento 0018306-53.2012.8.17.0000, trata-se de decisão monocrática, que,



103

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

14

na realidade, não reflete a orientação jurisprudencial predominante neste órgão colegiado fracionário, tal qual se infere dos julgados abaixo colacionados e que bem denotam o reconhecimento da regularidade na fixação da multa diária em valor correspondente ao salário mínimo em hipóteses desse jaez, em perfeita harmonia com o posicionamento difundido no Pretório Excelso:

"DIREITOS HUMANOS. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO À VIDA E A SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. MULTA DIÁRIA. VALOR. DEVER DO ESTADO. IMPROVIDO O RECURSO DE AGRAVO. (...) Em síntese, o recorrente sustenta que a Secretaria Estadual de Saúde, consoante o previsto na Norma Técnica 001/2012 da Secretaria Executiva de atenção à Saúde, passou a disponibilizar gratuitamente o medicamento TRASTUZUMABE (HERCEPTIN) para tratamento da enfermidade da recorrida. Augmenta o recorrente que embora o referido medicamento seja disponibilizado pela Secretaria Estadual de Saúde, há casos em que a falta do mesmo em estoque pode se dar por diversos fatores como falta de matéria prima no laboratório fabricante ou atraso em sua entrega por culpa exclusiva do fornecedor. Por tal razão, pugna o recorrente pela exclusão da multa diária de 01 (um) salário mínimo fixada pelo magistrado a quo em decisão interlocutória (fls. 49/51). Considerando a incompatibilidade da multa diária com a obrigação imposta, requer o recorrente a reforma da decisão combatida, a fim de excluir a astreinte ou reduzi-la. O apelante insurgiu-se basicamente contra a fixação das astreintes no valor de 01 (um) salário mínimo, pugnando pela sua exclusão, ou ao menos, a redução do valor arbitrado. O art. 461, § 4º do CPC dispõe que o magistrado poderá impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação. Sobre o assunto em tela, leciona Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery: "Deve ser imposta a multa, de ofício ou a requerimento da parte. O valor deve ser significativamente



104

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

14

alto, justamente porque tem natureza inibitória. O juiz não deve ficar com receio de fixar o valor em quantia alta, pensando no pagamento. O objetivo das astreintes não é obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas obrigá-lo a cumprir a obrigação na forma específica. A multa é apenas inibitória. Deve ser alta para que o devedor desista de seu intento de não cumprir a obrigação específica. Vale dizer, o devedor deve sentir ser preferível cumprir a obrigação na forma específica a pagar o alto valor da multa fixada pelo juiz". Analisando as peculiaridades do caso em tela, constata-se que a multa diária fixada pelo magistrado de primeiro grau não merece qualquer reforma, porquanto, à luz dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade foi arbitrada em um valor adequado a consecução de seus fins, a saber, meio coercitivo direcionado a forçar o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer pela parte demandada. Unanimemente, negou-se provimento ao recurso." (RA nº 298751-5, 3ª CDP/TJPE, Rel. Des. Antenor Cardoso, julgado em 11/04/2013)

"DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. FORNECIMENTO GRATUITO DE REMÉDIO TEMODAL. FIXAÇÃO DE ASTREINTES VINCULADA AO SALÁRIO MÍNIMO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. CABIMENTO. 1. Custeio de tratamento de saúde de uma cidadã, carente de recursos financeiros, portadora de enfermidade grave, Melanoma, CID C 43-9, já tendo realizado quimioterapia, imunoterapia, radioterapia, necessitando de tratamento com Temodal, conforme laudo médico. 2. O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou no sentido de que a proibição contida no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal visa evitar que o salário mínimo seja utilizado como fator de indexação, o que não ocorre no caso dos autos, em que o valor do referido salário foi utilizado apenas para fixar o valor de multa diária imposta como sanção pecuniária. (AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO



105

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

14

781.820 RELATOR :MIN. DIAS TOFFOLI Primeira Turma, julgado em 27/11/12; AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 781.820 RELATOR :MIN. DIAS TOFFOLI Primeira Turma, julgado em 27/11/12 e STJ - REsp 704.830/RS, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2005, DJ 05/09/2005, p. 374).3. O julgamento do Agravo do Instrumento nº 0018306-53.2012.8.17.0000 trata-se decisão monocrática, que partindo do livre convencimento, o Relator deu parcial provimento, mesmo sem jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, não devendo ser considerado este entendimento como uníssono da 3ªCDP - TJPE.4. Com efeito, o artigo 461-A, § 3º, do CPC, estendeu a previsão de possibilidade de imposição de multa diária ao réu por atraso na obrigação de fazer (art. 461, § 4º, 5º, 6º) à obrigação de entrega de coisa. Dessarte, na espécie, deve ser aplicado o mesmo raciocínio adotado por esta colenda Corte no que se refere às obrigações de fazer pela Fazenda Pública, ou seja, de que "o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, pode fixar as denominadas astreintes contra a Fazenda Pública, com o objetivo de forçá-la ao adimplemento da obrigação de fazer no prazo estipulado" (AGREsp 554.776/SP, Rel. Min. Paulo Medina, DJ 6.10.2003).5. Negado provimento ao recurso, por unanimidade." (RA nº 297048-9, 3ª CDP/TJPE, Rel. Des. Luiz Carlos Figueiredo, julgado em 21/03/2013)

Também não prospera a alegação de ofensa aos art. §§ 4º, 5º e 6º, do art. 461 do CPC. Conforme jurisprudência do STJ, a previsão de multa cominatória ao devedor na execução imediata destina-se, de igual modo, à Fazenda Pública:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTENÇÃO DE ENCOSTA. OBRAS DE DUPLICAÇÃO. IMPOSIÇÃO DE MULTA DIÁRIA. CABIMENTO. REVISÃO DO VALOR. SÚMULA 7/STJ. 1. A redução do valor atribuído às astreintes implica, como regra, revolvimento dos fatos e circunstâncias da causa, o que encontra óbice no enunciado da Súmula



106

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

14

7/STJ. Excepciona-se apenas a hipótese de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura neste caso. 2. In casu, o valor da multa diária foi fixada em R\$ 1.000,00 por dia. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no REsp 1327320/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/09/2012, DJe 24/09/2012)

PROCESSO CIVIL. OBRIGAÇÕES DE FAZER E ENTREGAR COISA. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. CABIMENTO, INCLUSIVE CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. 1. É cabível, mesmo contra a Fazenda Pública, a cominação de multa diária (astreintes) como meio executivo para cumprimento de obrigação de fazer (fungível ou infungível) ou entregar coisa. Precedente da 1ª Seção: EREsp 770969RS (1ª Seção. Min. José Delgado, DJ 21.08.2006). 2. Recursos especiais a que se dá provimento (REsp 893.041RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 51/22006, DJ 14/22006 p. 329)

Com efeito, o artigo 461-A, § 3º, do CPC, estendeu a previsão de possibilidade de imposição de multa diária ao réu por atraso na obrigação de fazer (art. 461, § 4º, 5º, 6º) à obrigação de entrega de coisa. Dessarte, na espécie, deve ser aplicado o mesmo raciocínio adotado por esta colenda Corte no que se refere às obrigações de fazer pela Fazenda Pública, ou seja, de que "o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, pode fixar as denominadas astreintes contra a Fazenda Pública, com o objetivo de forçá-la ao adimplemento da obrigação de fazer no prazo estipulado" (AGREsp 554.776/SP, Rel. Min. Paulo Medina, DJ 6.10.2003).

Quanto ao valor da multa em si, entendo como razoável, porque o que está em discussão é o direito à saúde de paciente portador de doença grave e capaz, inclusive, de lhe ceifar a vida se não for debelada a tempo através do devido tratamento.

A alegação de que a manutenção da *astreinte* nos termos em que foi fixada resultaria em aumento anual da mesma é deveras absurda, tendo em conta que o cerne da lide versa acerca do fornecimento gratuito de medicamento a cidadão acometido de patologia grave e carente de recursos financeiros. Tem-se, pois, que o intuito da multa é fazer com que o devedor cumpra a prestação pela qual foi obrigado. Se o fizer, nada será devido.

Diante do exposto, voto pelo não provimento do recurso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

107,

14

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao presente agravo legal.

É como voto.

Recife, 03 de ~~Junho~~ Julho de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator